

# **“UM ESTADO ONDE NÃO PODE CHOVER MAIS”: MODALIZAÇÕES E POSTURAS ENUNCIATIVAS NO GERENCIAMENTO DISCURSIVO DAS ENCHENTES DE 2024 NO RIO GRANDE DO SUL**

---

## **“A STATE WHERE IT CAN’T RAIN ANYMORE”: MODALIZATIONS AND ENUNCIATIVE STANCES IN THE DISCURSIVE MANAGEMENT OF THE 2024 FLOODS IN RIO GRANDE DO SUL**

Cristina Zanella RODRIGUES<sup>1</sup>

Rodrigo Oliveira FONSECA<sup>2</sup>

**Resumo:** O discurso que propõe “superar a falta de consciência ecológica” como propaganda de solução para graves problemas de desequilíbrio climático transformou-se e consolidou-se como um elemento fundamental no processo discursivo pela salvaguarda do meio ambiente, e vem sendo fortalecido por movimentos sociais, em ações estratégicas. Com base na Análise de Discurso de orientação pecheutiana, o objetivo deste trabalho é analisar a produção dos efeitos de sentido do discurso sobre o meio ambiente e o funcionamento do negacionismo quando efetivamente acontece um desequilíbrio que ocasiona uma tragédia climática. O *corpus* de análise constitui-se de publicações realizadas em páginas virtuais e redes sociais da Prefeitura de Pelotas/RS para comunicar-se com a população sobre as ações necessárias na situação de emergência climática sofrida pelos gaúchos em ocasião das enchentes de 2024. Um movimento adotado pela gestão municipal privilegiou as redes sociais promovendo

---

1 Professora no IFSul (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense). E-mail: cristinarodrigues@ifsul.edu.br

2 Professora na UFSB (Universidade Federal do Sul da Bahia). E-mail: rodrigorofflin@gmail.com

*lives* diárias de atualização sobre informações, alertas e orientações. Os vídeos postados de início de maio até junho de 2024 estão registrados no perfil oficial do Facebook e do Instagram da Prefeitura de Pelotas. Nessas plataformas, através de comentários, a população respondia e avaliava as decisões da gestão, expunha e relatava as situações que lhes afetavam e pedia providências. Constitui-se, neste espaço virtual, uma forma de interação, norteadas pelos algoritmos e termos de uso das referidas redes sociais, que trouxe à baila questões científicas, ambientais e até religiosas, atravessadas pelo discurso negacionista. O recorte aborda, especificamente, a relação entre a ciência como fundamento das decisões da gestão municipal e a resposta da população nos comentários.

**Palavras-chave:** Discurso. Meio-ambiente. Capitalismo. Negacionismo.

**Abstract:** The discourse that frames “overcoming the lack of ecological awareness” as a promotional solution to severe problems of climate imbalance has evolved and consolidated into a central element in the discursive process of safeguarding the environment, increasingly reinforced by social movements through strategic actions. Drawing on Pêcheux-oriented Discourse Analysis, this paper examines the semantic effects of environmental discourse and the workings of climate denialism when an actual imbalance triggers a climate tragedy. The *corpus* consists of publications posted on the official web pages and social media accounts of the Municipality of Pelotas, Rio Grande do Sul (Brazil), aimed at communicating with the public about necessary actions during a state of emergency in the floods of 2024. A key strategy adopted by the municipal administration was to prioritize social media, hosting daily live broadcasts with updates, alerts, and guidance. The municipality’s official website was not chosen as the main institutional channel for disseminating information. Videos posted between early May and June 2024 are archived on the official Facebook and Instagram accounts of the Municipality of Pelotas. Within these platforms, through comments, residents responded to and evaluated the administration’s decisions, reported and described situations affecting them, and requested specific measures. This online space functioned as a site of interaction, shaped by the algorithms and terms of use of these platforms, where scientific, environmental, and even religious issues emerged, intersecting with climate denial discourse. The analysis focuses specifically on the relationship between science as a basis for municipal decision-making and the public’s responses expressed in the comments.

**Keywords:** Discourse. Environment. Capitalism. Denialism.

## **| Introdução**

A emergência climática que atravessa o capitalismo global tem evidenciado, de forma cada vez mais contundente, a contradição fundamental entre a lógica de acumulação de capital e as condições de reprodução da vida. As tragédias ambientais se multiplicam e não podem ser compreendidas de forma dissociada das determinações

estruturais que as produzem. O sociólogo alemão Ulrich Beck (1944-2015) contribuiu com o entendimento de que tanto as tragédias ambientais quanto as crises financeiras, os atentados terroristas e as guerras ditas preventivas constituem a forma social contemporânea, a *sociedade de risco* (Beck, 1998 [1986]). Desastres naturais ligados a fenômenos climáticos não são uma novidade histórica, o que é novo é que eles também sejam resultado de ações antrópicas como a poluição atmosférica e a canalização de rios e córregos. Sua conceituação de *risco* foi diretamente impactada pelo acidente nuclear de 1986 na usina de Chernobyl, cujas cinzas se espalharam por quase toda a Europa. Os riscos associados a um amplo conjunto de ações tornam-se dados previsíveis e mesmo calculáveis, o que permite a sua distribuição desigual e uma maior suscetibilidade aos riscos concentrada em áreas periféricas habitadas pelos estratos mais pobres da sociedade (Beck, 1998 [1986]).

O discurso que propõe “superar a falta de consciência ecológica” em forma de enfrentamento a problemas ambientais de larga escala, que circula como alerta e sensibilização, tem sido reatualizado e consolidado como um elemento central nas estratégias discursivas de governos e movimentos sociais, sobretudo diante do avanço dos riscos da crise climática. Diante disso, o objetivo deste trabalho é apresentar análises acerca dos efeitos de sentido do discurso sobre o meio ambiente e o funcionamento do negacionismo quando efetivamente acontece um desequilíbrio que ocasiona uma tragédia climática. A população do Rio Grande do Sul sofreu uma enchente histórica em maio de 2024, com vítimas e danos em quase todos os municípios gaúchos e com impactos mais graves na Região Metropolitana e Vale do Taquari. Um total de 185 pessoas morreram durante as cheias e 23 seguem desaparecidas. Faremos um contraponto entre o negacionismo da pandemia de covid-19 no Brasil e o negacionismo da crise climática no estado, analisando a performatividade em torno de tópicos discursivos como o enfrentamento e a responsabilidade do gestor político.

## **| Performatividade e Compromissos**

Em meio a uma situação de urgência e emergência, como nas semanas de catástrofe social no Rio Grande do Sul devido às cheias, o discurso político circula em meio a demandas muito específicas. Como em situações de terremotos e desabamentos, em momentos de grandes enchentes, prefeitos e governadores vestem coletes da Defesa Civil e saem a campo, aparecem em abrigos, visitam regiões mais atingidas, ouvem vítimas e parentes. É uma espécie de protocolo que, umas vezes mais outras menos, acompanha a função pública do gestor e se reverte em capital político, além do recebimento de recursos extraordinários que em tese devem ser empregados para mitigar e resolver os problemas urbanos e sociais e alimentam o que pesquisadores catarinenses conceituam como *indústria das enchentes* (Santos; Tornquist; Marimon, 2014).

O que se passa no âmbito do discurso nessas situações? Trabalhando com a Análise de Discurso de orientação pecheutiana (Pêcheux, 1997 [1975]), consideramos que o

esquecimento é constitutivo dos dizeres, mas não se trata aqui de qualquer esquecimento, de um esquecimento qualquer. O esquecimento que incide historicamente sobre um texto e – desse modo – é parte constitutiva de sua interpretação, pelo que se deixa de dizer, nunca é *um não importa o quê*, nunca é indiferente àquilo que é lembrado/assertado no processo de uma interlocução. Destacamos esse ponto porque uma boa parte daquilo que não é dito em meio a uma situação de catástrofe pode ser perfeitamente legitimado pela urgência e prioridade da proteção da vida. Por alguns instantes, não importa quem jogou a granada, se ela foi jogada ou se ela caiu, só importa correr, alertar a todos que corram, ajudar aos que não podem correr. Por instantes, dias ou semanas, pode ficar em segundo ou último plano se os vizinhos da frente são pessoas desagradáveis com as quais gostaríamos de não ter contato, importa apoiá-los, auxiliá-los, fazer o possível para tê-los em segurança. E assim, sob os marcos do humano e do humanitário, funciona o performativo da política no extraordinário da catástrofe: o que se quer do político é que ele seja um líder junto às equipes de socorro, que ele seja responsável na sua comunicação com o público, que seja um sujeito de ação e de coordenação na proteção à vida e minimização dos danos. Esse performativo, em Análise de Discurso, é o trabalho enunciativo em torno de uma posição-sujeito, em torno de uma inscrição no conjunto do que é passível de ser dito (com força social) em tal ou tal formação discursiva.

Nas intervenções analisadas, o performativo da prefeitura de Pelotas mobiliza fortemente os sentidos de enfrentamento coletivo, de responsabilidade compartilhada, e de excepcionalidade histórica-natural. Quanto ao tópico do *enfrentamento*, vejamos os seguintes recortes discursivos (doravante, rd), extraídos das redes sociais mantidas pela prefeitura:

- rd 1 - “essa situação de gravidade climática que estamos enfrentando no Rio Grande do Sul inteiro e agora também aqui em Pelotas”
- rd 2 - “nós estamos bem preparados para enfrentar, mas nós precisamos respeitar a força da natureza”

Enfrentar – com o objeto direto *essa situação* (rd 1) ou sem complemento (rd 2) – funciona no discurso da prefeitura como encarar, não dar as costas à situação-problema, não virar o rosto, não se desesperar, não esmorecer, não fugir, assumir/reconhecer a gravidade dessa situação e lidar com ela, não no sentido de agir para vencê-la ou combatê-la, como quando se enfrenta um adversário, afinal não se trata/trataria de algo que possa ser vencido. É nesse ponto que intervém o tópico da excepcionalidade histórico-natural. Pretendemos demonstrar com o conjunto das análises que a enchente foi discursivizada como acontecimento extraordinário, imprevisto, imprevisível e inelutável, uma fatalidade histórico-natural, posição ideológica que historicamente reproduz a *cegueira do risco* de que fala Ulrich Beck (1998 [1986]) para o final do século XX, quando já era bem visível e

compreensível a conversão da natureza em um produto histórico<sup>3</sup>, e os riscos ambientais (ao lado dos riscos econômicos) estavam bem integrados à normalidade. Tal cegueira é uma invisibilidade política e ideologicamente produzida, dado o grau de integração dos riscos nas dinâmicas sócio-econômicas.

No rol dos eventos excepcionais a serem enfrentados-sofridos – mas de peito aberto –, além das enchentes, existe a lembrança da pandemia de covid-19:

rd 3 - “nossa sociedade vem sendo testada, nossa geração vem sendo muito testada, é pandemia, agora emergência climática...”

Estamos sendo testados? Por quem? Por Deus? O encadeamento em discurso *primeiro veio a pandemia, depois a emergência climática* equaliza os dois “testes” numa mesma ordem de acontecimentos, o que enquadra a emergência climática não como um estado ou uma condição, mas uma irrupção pontual. Nesse sentido vale lembrar a *performance sui generis* do então presidente Jair Bolsonaro em meio à pandemia de covid-19, *performance* no essencial avessa ao protocolo político humanitário de que falamos acima, do líder que atua junto às equipes de socorro, responsável na sua comunicação, sujeito de ação e de coordenação na proteção à vida e minimização dos danos. No entanto, não temos um avesso no que diz respeito ao tópico do enfrentamento-sofrimento. No dia 23 de setembro de 2021 Bolsonaro (2021 *apud* Barreto, 2022, p. 327) diz o seguinte sobre o enfrentamento à pandemia:

Eu dizia lá atrás temos que enfrentar o vírus. É uma chuva, vai pegar em todo mundo, estão vendo agora o ministro [da Saúde, Marcelo] Queiroga, tomou as duas doses da CoronaVac e está infectado, vivia de máscara e está infectado. Você pode atrasar, agora, dificilmente você vai evitar isso aí.

A “chuva da pandemia” pegaria todo mundo, não adiantaria ficar em casa. Para Bolsonaro (2021 *apud* Barreto, 2022, p. 201), “criaram um pânico perante a população e quando eu falei lá atrás que tinha que enfrentar: ‘ah, ele despreza a morte!’ Tem que enfrentar, pô, é igual a uma guerra”. É a atitude que, em outra ocasião, foi significado como *enfrentar como homem, não como moleque*: “O vírus está aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, pô! Não como moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida! Todos nós iremos morrer um dia” (Simões, 2020). O líder, nesse caso,

---

3 No original: “[...] las destrucciones de la naturaleza, integradas en la circulación universal de la producción industrial, dejan de ser «meras» destrucciones de la naturaleza y se convierten en un componente integral de la dinámica social, económica y política. El efecto secundario inadvertido de la socialización de la naturaleza es la socialización de las destrucciones y amenazas de la naturaleza, su transformación en contradicciones y conflictos económicos, sociales y políticos: las lesiones de las condiciones naturales de la vida se transforman en amenazas médicas, sociales y económicas globales para los seres humanos, con desafíos completamente nuevos a las instituciones sociales y políticas de la sociedad mundial super industrializada” (Beck, 1998 [1986], p. 89).

revela a verdade amarga, a única certeza que dispomos, a morte vem para todo mundo: “Lamento os mortos, lamento. Todos nós vamos morrer um dia, aqui todo mundo vai morrer. Não adianta fugir disso, fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas” (Bolsonaro, 2020 *apud* Barreto, 2022, p. 185). Estamos sendo testados, mas não há o que fazer, e pensar que poderia ser diferente é “coisa de maricas”, é não encarar “a realidade”.

A despeito da semelhança em torno do tópico da excepcionalidade histórico-natural, no caso das enchentes que “testaram” o Rio Grande do Sul em 2024 (e mais uma vez esse ano), na discursividade da prefeitura de Pelotas havia o que fazer para salvar vidas. De acordo com a prefeita de Pelotas, “não temos o direito de errar”, e foi nessa direção que o discurso trabalhou o tópico da responsabilidade compartilhada:

rd 4 - “nós não temos o direito de errar, nós não temos o direito de cometer irresponsabilidades”

rd 5 - “mas nós quando estamos juntos, unidos, quando temos um espírito de solidariedade, um espírito coletivo, quando temos planejamento, quando ouvimos a ciência, nós temos muito mais chance de sucesso, e isso nós temos feito aqui em Pelotas.”

rd 6 - “Desde ontem trabalhando muito em cima de previsões, ouvindo os especialistas da nossa UFPel, da FURG, da UFRGS, todos trabalhando em conjunto.”

rd 7 - “Temos que seguir o mesmo princípio que nos orientou naquele momento tão difícil [o da pandemia de covid-19], o da precaução.”

Os vocativos coletivos (*gente, pessoal, moradores*) ao lado de interpelações diretas, em tom pedagógico e de comando, pontuam a liderança ativa e responsável da prefeita, que *decide, informa, orienta* (p. ex.: “eu decidi”, “estou aqui para dizer”, “peço a vocês”), e não toma qualquer decisão sem ouvir os especialistas, as universidades, os técnicos, afinal “nós não temos o direito de errar”.

A performatividade das recusas absolutas foi analisada por Suzy Lagazzi para o caso do discurso político eleitoral de Lula e Fernando Henrique Cardoso em 1994. Lagazzi (1999) analisa enunciados como “Ninguém pode aumentar preços de forma abusiva e causar prejuízo a milhões de pessoas” e “ Não é possível fazer da venda de alimentos uma agiotagem”. É evidente que tais coisas *podem*, sim, ser feitas, afinal na maioria dos setores não existem políticas de controle de preços. O que está em jogo aqui é a performatividade do enunciador, a manifestação e projeção de sua indignação diante dos aumentos de preços. No entanto, no enunciado do recorte 4, *nós não temos o direito de errar, nós não temos o direito de cometer irresponsabilidades*, estamos diante de uma diferença fundamental em relação àquelas duas recusas analisadas por Lagazzi, posto que Lula não vendia alimentos, não era capaz de subir preços “de forma abusiva”. Mesmo que ele formulasse os enunciados em primeira pessoa, como “Não posso aumentar preços de forma abusiva e causar prejuízos a milhões de pessoas”,

estaria claro o funcionamento hipotético e genérico da formulação: eu, você, ninguém pode fazer isso, no sentido de que ninguém *deveria* fazer isso. Acontece que em *nós não temos o direito de errar* (por coincidência uma formulação também enunciada por Lula, mas no discurso da vitória da eleição de 2002), errar ou acertar não diz respeito a direitos, faz parte da vida e acompanha todo e qualquer pequeno e grande julgamento ou avaliação, mas permite ao enunciador o estabelecimento de um compromisso com seus interlocutores, a população de Pelotas, o de que a prefeita fará todo o possível para minimizar os prejuízos às vidas, segurança e bens da população, de modo a conjurar os possíveis erros a externalidades a essa vontade-compromisso-disposição da prefeita.

## **| Do lado do cidadão**

A chuva forte começou em 27 de abril na chamada Região dos Vales e espalhou-se, com força e sem considerar obstáculos, sobrecarregando bacias de rios, que transbordaram, avassalando o que estava na sua rota. Devido à interligação do sistema hídrico, o montante de água deslocou-se para o Guaíba, na região da capital, Porto Alegre, e dirigiu-se à Lagoa dos Patos, por onde passou e foi se encontrar com o mar em Rio Grande a partir do dia 29. Em 2 de maio, a BR 116, na altura de Eldorado do Sul, uma das cidades mais atingidas pelo evento, ficou bloqueada: a região sul do estado estava basicamente isolada. Na cidade de Pelotas, a colônia Z3 e uma boa parte do bairro Laranjal, que orleia a Lagoa, ficaram inundadas, afetando diversas residências e deslocando os moradores. A tragédia e seus efeitos se estenderam ao longo do tempo até início de junho, quando as pessoas conseguiram retornar para avaliar os danos.

Ainda que os canais oficiais de órgãos institucionais estivessem em posição de alerta para atender situações que requeressem trabalho técnico (SAMU, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Secretaria de Assistência Social), a interlocução com a Prefeitura de Pelotas ocorria basicamente nas redes sociais, através dos comentários feitos pela população não só de Pelotas, mas de vários outros lugares do Brasil e do mundo, e aí percebemos o movimento de efeitos de sentido que trabalham no confronto entre memória e esquecimento, num atropelamento do repetível diante de algo “novo” e perigoso que aniquila.

Esse “novo”, porém, emerge como um antes-já-lá, estranho e familiar ao mesmo tempo. De acordo com Danowski e Viveiros de Castro (2017, p. 33),

Decerto, a finitude empírica da espécie é algo que a grande maioria das pessoas letradas aprendeu a admitir desde, pelo menos, Darwin. Sabemos que o “mundo começou sem o homem e terminará sem ele”, na frase tão lembrada e tão plagiada de Lévi-Strauss (1955:477-78). Mas quando as escalas da finitude coletiva e da finitude individual entram em uma trajetória de convergência, essa verdade cognitiva se torna subitamente uma verdade afetiva difícil de administrar. Uma coisa é saber que a Terra e mesmo todo o Universo vão desaparecer daqui a bilhões de anos, ou que, bem antes disso mas em um futuro ainda



indeterminado, a espécie humana vai se extinguir [...] outra coisa, bem diferente, é imaginar a situação que o conhecimento científico atual coloca no campo das possibilidades iminentes: a de que as próximas gerações (as gerações *próximas*) tenham de sobreviver em meio empobrecido e sórdido, um deserto ecológico e um inferno sociológico.

Entre o que é repetido num movimento de sentidos, por meio do qual o já-dito é reatualizado em novas condições de produção, e o que é esquecido, as posições que se encontram nesses comentários feitos durante a inundação. Formulações que constituem-se em discursos oriundos de diferentes posições, como percebe-se nos enunciados: “Fé em Deus e abençoe a todos” e “Deus nos abençoe agora e sempre Gratidão”<sup>4</sup>, ou do senso comum “Nem preciso sair pra ver nível do canal é só abrir a porta dos fundos que vejo o canal Santa Bárbara e esta sim bem cheio o canal já passou as pedras aqui por perto dos trilhos”, o político-partidário “ela tem a mesma arte manhã do Eduardo Leite e a inteligência da Dilma”, de denúncia “confiamos em Deus porque nós (sic) governantes não temos mais confiança pois não arrumaram os diques não fazem nada pelo povo que os colocou no poder para encherem os bolsos”. Isto é, a população reza, clama por Deus, questiona, relata suas próprias experiências com a água invadindo suas casas, denuncia a ausência de políticas preventivas, solicita ajuda e, muitas vezes, desconfia dos dados oficiais. E, ainda assim, solicita atenção ao canal de comunicação, num retorno à função fática jakobsoniana, reduzida ao uso de redes sociais, como pode-se conferir nos seguintes recortes.

rd 8 - “Seria bom que botassem boletins informativo na TV de hora em hora, da situação de Pelotas, muita gente não tem internet...”

rd 9 - “Prefeita quando vc fizer um vídeo assim dessa importância poderia por favor colocar interpret [intérpretes] nós temos uma comunidade enorme de surdos, que votam que pagam impostos e que também gostaria de se atualizar.”

Observa-se nesses recortes discursivos um interessante funcionamento da modalização, que opera como marca linguística da posição-sujeito que enuncia. O uso do futuro do pretérito em expressões como “Seria bom que X” (referindo-se à TV aberta) e “poderia por favor colocar X” (ao solicitar Intérprete de Libras – TILS) constrói efeitos de sentido de atenuação e polidez, revelando um deslocamento entre a força de uma demanda enquanto direito e a forma como ela se materializa linguisticamente como pedido ou súplica. Segundo Orlandi (1996), a modalização é uma pista importante para compreender a inscrição histórica e ideológica do sujeito: aqui, trata-se de sujeitos interpelados historicamente em um lugar de exclusão, que precisam reivindicar como favor o que, pela Constituição e pelas políticas públicas, é direito – acessibilidade e informação.

---

4 Manteve-se a ortografia e a pontuação originais das postagens.



Essa polidez não é, portanto, um simples detalhe formal: ela indica o lugar desigual ocupado por quem fala. Mesmo em uma situação de urgência extrema – o “correr da granada” – os sujeitos surdos ou quem não tem internet se veem interpelados a aguardar, a pedir, a modular o tom da exigência. Não por acaso, alguns dias depois, a prefeita passa a aparecer ao lado de intérpretes de Libras. Esse gesto, embora represente avanço, aparece não como resposta imediata a um direito já assegurado, mas como atendimento a um pedido, deslocando discursivamente a questão do campo do direito para o campo da “sensibilidade do gestor”. Por fim, vale observar como aqueles que dependem da TV aberta acabam recorrendo a jornais impressos, rádios e entrevistas pontuais da prefeita, construindo um circuito informacional fragmentado e sempre mediado pela lógica do espetáculo midiático das tragédias. As modalizações marcam deslocamentos de sentido e silêncios, produzindo efeitos ideológicos: os sujeitos transitam entre a posição de cidadãos e de peticionários.

O negacionismo pode materializar-se em discurso fatalístico, não explicitamente sobre a emergência da crise climática, ou como denúncia, mas se manifesta de forma difusa. Podemos identificar uma rede parafrástica em:

rd 10 - “Simplesmente virou um estado que não pode chover mais...”

rd 11 - “Que filme de terror virou isso aqui no RGS.”

O termo “simplesmente” opera como um modalizador que intensifica o efeito de naturalização/causalidade e ao mesmo tempo de escândalo. A formulação “virou um estado que não pode chover mais” dialoga com a memória discursiva sedimentada de que o Sul do Brasil sempre conviveu com chuvas fortes e cheias periódicas, vistas historicamente como parte da vida local, mas que esta realidade mudou. O que é produzido enquanto efeito não é a chuva em si, ainda que a catástrofe tenha sido grande, mas o fato de que as cidades se tornaram estruturalmente incapazes de enfrentar a emergência climática, e os governantes incapazes de colocar em prática medidas mitigantes.

O enunciado materializa uma contradição: por um lado, denuncia o absurdo (“não pode chover mais”); por outro, mantém o deslocamento da crítica para a chuva ou para o “estado” de forma abstrata, sem necessariamente nomear as políticas estruturais, pois, ao constatar o problema, já não se espera transformação, apenas convive-se com a tragédia como um fato da vida. Esse deslocamento, conforme Orlandi (2007), revela como o sujeito é atravessado por discursos dominantes mesmo quando critica – produzindo sentidos que protestam, mas que não rompem integralmente com a

lógica dominante. Pois, a “lógica dominada” aqui seria a do bem viver<sup>5</sup> ou dos modos de produção do movimento campesino ou das propostas dos ambientalistas, e não do capital extrativista.

O verbo “virou” aparece no pretérito perfeito, com sentido de constatação: “isso aqui se transformou em X”, sendo X “um estado que não pode chover mais” e “um filme de terror”. Conjugado de modo impessoal, intensifica esse efeito de fatalidade: o processo de degradação se apresenta como algo que “aconteceu” à cidade, e não como resultado de decisões políticas, relações de classe ou escolhas econômicas.

A estrutura exclamativa “Que filme de terror” já é, por si só, uma modalização que expressa afeto, escândalo e intensidade. O uso da expressão “filme de terror” aciona uma memória discursiva coletiva: o repertório cultural de narrativas ficcionais de medo, horror e destruição. Mas, aqui, essa metáfora não descreve algo irreal ou fantástico; ao contrário: transforma o presente vivido em imagem cinematográfica para dar conta do indizível, do estranho real. A metáfora funciona, assim, como estratégia discursiva para dar forma a uma experiência que ultrapassa a linguagem cotidiana. Ao dizer “virou um filme de terror”, há um deslocamento do discurso crítico para o campo do inevitável, do fatalístico. Afinal, o “assassino” sobrevive ao final, caso contrário não haveria possibilidades de sequências. Não se nomeia quem ou o quê produziu a situação, ela simplesmente “virou” assim. E talvez a explicação esteja inacessível, no impossível do real, como o lugar que nunca se alcança.

Estamos, em suma, prestes a entrar – ou já entramos, e esta incerteza ela mesma ilustra a experiência de um caos temporal – em um regime do Sistema Terra inteiramente diferente de tudo que conhecemos. O futuro *próximo*, na escala de algumas poucas décadas, se torna imprevisível, senão mesmo inimaginável fora dos quadros da ficção científica ou das escatologias messiânicas (Danowski; Viveiros de Castro, 2017, p. 27).

Para Pêcheux (1997), isso mostra o funcionamento do esquecimento: as determinações históricas e políticas que levaram ao colapso são apagadas do enunciado, permanecendo como não-dito. A emergência climática, forjada pelo capital e mal absorvida pela política, coloca a humanidade, na sua relação de classe com a natureza (Gaia?!), numa

---

5 No original: “Sobre la traducción literal del concepto, Pablo Mamani (2011:66) menciona términos que permiten aproximarse al concepto agregando los sentidos de ‘riqueza de vida’, ‘saber vivir la vida’, ‘actitud’, ‘está lleno de gran corazón’ e incluso ‘buen morir’. Javier Medina traduce el qamaña aymara como ‘buena vida, calidad de vida, bienestar, estilo de vida, buen vivir; quem sabe, felicidad, alegría [...] y que los aymaras llam qamaña’ (2001:26). Xavier Albó (2011) sugiere como traducción de sumaj qamaña ‘buen convivir’ o ‘convivir bien’, define qamaña desde los significados de ‘vivir’, ‘morar’, ‘descansar’, ‘cobijarse’ y ‘cuidar a otros’. Señala que insinúa la convivencia con la naturaleza, con la Madre Tierra (Pachamama), aunque sin explicitarlo. A pesar de encontrar mayores connotaciones semánticas en la versión aymara que quechua, Albó reconoce que las distintas voces refieren a una ‘cultura andina básicamente común’ (Schavelzon, 2015, p. 182).

rede discursiva e sintomática de sobrevivência, num encontro com a onça na cidade. Há uma contradição: o sujeito enunciador denuncia o horror do presente, e não rompe totalmente com a forma hegemônica de explicar a tragédia – reforça que “as coisas simplesmente ficam/ficarão assim”.

## **| Considerações finais**

O discurso, e a produção de seus efeitos que analisamos, materializa o absurdo de uma realidade em que a chuva, fenômeno esperado, passa a ser uma ameaça permanente. Em uma conjuntura ideológica de permanente apelo à resiliência, em que a sobrevivência, a batalha do dia a dia, se costura como o horizonte, riscos ambientais e riscos econômicos constituem dois aspectos da *sociedade de risco* de que nos fala Ulrich Beck. E como todos os acontecimentos na ordem do capital, tudo é oportunidade de ganho, como é o caso da chamada indústria da enchente, variação da indústria da seca em que comoção e recursos extraordinários se coadunam com a falta de soluções estruturais, que passam pela integração da seca de um lado e das chuvas de outro na lógica urbana, na estrutura urbanística das cidades.

Simplesmente virou um estado – o Rio Grande do Sul – em que não pode chover mais. Essa variação de posições-sujeito movimenta um retorno da memória diante de algo novo, e apresenta processos de negação difusos na formação dos sentidos: o mesmo sujeito pode, ao longo dos comentários, tanto criticar o governo quanto cair num discurso de resignação. A negação se dá não apenas como negação, denúncia simbólica, mas, como um silenciamento forçado, uma revolta recalcada que o mau tempo não deixa transformar em revolução. Como lutar quando a bomba d’água está explodindo e não fomos nós que a detonamos?

## **| Referências**

BARRETO JR., W. *Bolsonaro e seus seguidores: o horror em 3.560 frases*. São Paulo: Geração Editorial, 2022.

BECK, U. *La sociedad del riesgo*. Hacia una nueva modernidad. Tradução Jorge Navarro, Daniel Jiménez e Maria Rosa Borrás. Buenos Aires: Paidós, 1998 [1986].

DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. *Há mundo por vir?* Ensaio sobre os medos e os fins. 2 ed. Florianópolis: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2017.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. A negação no discurso político eleitoral: impossibilidade e inaceitabilidade. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999. p. 122-130.

SANTOS, C. F.; TORNQUIST, C. S.; MARIMON, M. P. C. Indústria das enchentes: impasses e desafios dos desastres socioambientais no Vale do Itajaí. *Geosul*, Florianópolis, v. 29, n. 57, p. 197-216, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2014v29n57p197/27989>. Acesso em: 28 fev. 2025.

SIMÕES, E. Bolsonaro diz que “está com vontade” de editar decreto para permitir volta ao trabalho em meio à pandemia. *Reuters/UOL*, 29 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2020/03/29/bolsonaro-diz-que-esta-com-vontade-de-editar-decreto-para-permitir-volta-ao-trabalho-em-meio-a-pandemia.htm>. Acesso em 28 fev. 2025.

ORLANDI, E. Segmentar ou recortar? *Linguística: Questões e Controvérsias*, Série Estudos, n. 10, Uberaba (MG): Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, p. 9-26, 1984.

ORLANDI, E. *Discurso e leitura*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

ORLANDI, E. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 [1975].

SCHAVELZON, S. *Plurinacionalidad y Vivir Bien/Buen Vivir: dos conceptos leídos desde Bolivia y Ecuador post-constituyentes*. Quito: Ediciones Abya-yala, 2015. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160202103454/Plurinacionalidad.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.

### **Como citar este trabalho:**

RODRIGUES, Cristina Zanella; FONSECA, Rodrigo Oliveira. “Um estado onde não pode chover mais”: modalizações e posturas enunciativas no gerenciamento discursivo das enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul. *CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 55-66, dez. 2025. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em “dia/mês/ano”. <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v18i2.20508>.